

A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO NO CONTEXTO DA FABRICALIZAÇÃO DAS CIDADES: AS RESPOSTAS À CLANDESTINIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

*THE CAPITALIST PRODUCTION OF SPACE
IN THE CONTEXT OF CITY'S MANUFACTURING:
THE RESPONSES TO CLANDESTINE LABOR RELATIONS*

*Everaldo Gaspar Lopes de Andrade*¹

UFPE

*Fernanda Barreto Lira*²

UFPE

*Maria Clara Bernardes Pereira*³

UFPE

Resumo

Este artigo visa demonstrar as estratégias contemporâneas de acumulação do capital, centrada na mercantilização das cidades. Forma específica de acumulação, baseada na financeirização da moradia, para instituir a produção capitalista do espaço. Se, de um lado, a acumulação do capital, centrada na mercantilização das cidades promove a renovação urbana, do outro, transforma as cidades em mercadorias. Assim, constata-se um aumento na desigualdade social, na

¹ Doutor em Direito pela Universidade de Deusto-Espanha. Professor Associado da Faculdade de Direito do Recife. Membro da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Integrante do Grupo de Pesquisa Direito do Trabalho e Teoria Social Crítica do Programa de Pós-graduação em Direito da UFPE.

² Doutora em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Membro da Academia Pernambucana de Direito do Trabalho e do Instituto Ítalo-brasileiro de Direito do Trabalho. Integrante do Grupo de Pesquisa Direito do Trabalho e Teoria Social Crítica do Programa de Pós-graduação em Direito da UFPE.

³ Mestra e doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Integrante do Grupo de Pesquisa Direito do Trabalho e Teoria Social Crítica do Programa de Pós-graduação em Direito da UFPE. Membro do Instituto Ítalo-brasileiro de Direito do Trabalho.

favelização das periferias e dos centros urbanos, na degradação do meio ambiente e nos *apartheids* sociais. No contexto da produção capitalista do espaço, apontam-se, como saídas, a Economia Social e Solidária, e, especificamente, a Economia da Cultura. Esta última emerge como espaço privilegiado de experimentação de trocas simbólicas e de resgate da cidadania, projetando-se além das perspectivas forjadas pelo trabalho contraditoriamente livre e subordinado. Divide-se em cinco capítulos. O primeiro retrata a mundialização financeira e seus efeitos na produção capitalista do espaço. O segundo enfrenta o tema da internacionalização do capital, financeirização da moradia e a mercantilização das cidades. O terceiro analisa as cidades como negócio e a ideologia da circulação, que desencadeia o aparecimento dos sem-teto, dos favelizados e os *apartheids* sociais dos centros urbanos. O quarto defende a reconfiguração das cidades por meio economia da cultura e das lutas emancipatórias. O quinto propõe o recrudescimento da luta pelo bem-estar comum e do propósito de retomada, pela sociedade excluída, do seu capital simbólico coletivo e de suas marcas de distinção, a partir da economia da cultura.

Palavras-chaves

Mercantilização das Cidades. Economia Social e Solidária. Economia da Cultura.

Abstract

This article aims to demonstrate the contemporary strategies of accumulation of capital, centered on the commodification of cities. Specific form of accumulation, based on the financialization of housing, to institute capitalist production of space. If, on the one hand, the accumulation of capital, centered on the commodification of cities promotes urban renewal, on the other hand, turns cities into commodities. Thus, there is an increase in social inequality, in the slums of the peripheries and urban centers, in the degradation of the environment and in social apartheid. In the context of the capitalist production of space, the Social and Solidarity Economy, and specifically the Culture Economy, are pointed out. The latter emerges as a privileged space for experimenting with symbolic exchanges and for rescuing citizenship, projecting beyond the perspectives forged by work that is contradictorily free and subordinate. It is divided into five chapters. The first one portrays financial globalization and its effects on the capitalist production of space. The second faces the theme of the internationalization of capital, the financialization of housing and the commodification of cities. The third analyzes cities as business and the ideology of circulation, which triggers the emergence of the homeless, slum dwellers and social apartheid of urban centers. The fourth advocates the reconfiguration of cities through the economy of culture and of emancipatory struggles. The fifth proposes a resurgence of the struggle for the common welfare and the purpose of retaking, by the excluded society, its symbolic collective capital and its marks of distinction, from the economy of culture.

Keywords

Mercantilization of Cities. Social and Solidarity Economy. Economy of Culture.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende, inicialmente, construir uma narrativa por intermédio da qual seja possível demonstrar as estratégias contemporâneas de acumulação do capital, centrada na mercantilização das cidades. Forma específica de acumulação, baseada, inclusive, na financeirização da moradia, para instituir a produção capitalista do espaço.

Se, de um lado, a acumulação do capital, baseada na mercantilização das cidades promove, para o bem ou para o mal, a renovação urbana, do outro, transforma as cidades em mercadorias. Não por acaso, constata-se um aumento escandaloso na desigualdade social, na favelização das periferias e dos centros urbanos, na degradação do meio ambiente e nos *apartheids* sociais.

No contexto da produção capitalista do espaço, apontam-se, aqui, como estratégia para a superação das desigualdades e injustiças sociais, a Economia Social e Solidária, e, em particular, a Economia da Cultura. Esta última emerge como espaço privilegiado de experimentação de trocas simbólicas e de resgate da cidadania, projetando-se para além das perspectivas forjadas pelo trabalho contraditoriamente livre e subordinado.

O texto divide-se em cinco capítulos. O primeiro irá retratar a mundialização financeira e seus efeitos na produção capitalista do espaço. O segundo enfrentará o tema da internacionalização do capital, financeirização da moradia e a mercantilização das cidades. Já o terceiro cuidará de ver criticamente as cidades como negócio e a ideologia da circulação, que desencadeia o aparecimento dos sem-teto, dos favelizados e os *apartheids* sociais das periferias e dos centros urbanos. O quarto defende a reconfiguração das cidades por meio economia da cultura e das lutas emancipatórias. No quinto capítulo, propõe-se o recrudescimento da luta pelo bem-estar comum e do propósito de retomada, pela sociedade excluída, do seu capital simbólico coletivo e de suas marcas de distinção, a partir da economia da cultura .

1. A MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA E SEUS EFEITOS NA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO.

1.1 A Geografia do poder de classe. A supremacia do “empreendedorismo” na governança urbana.

Segundo David Harvey, a geografia da acumulação capitalista, em sua forma contemporânea atrelada ao poder de classe, perpassa um itinerário que vai do administrativo ao empreendedorismo, para chegar-se àquilo que costuma chamar de governança urbana no capitalismo tardio.⁴

A partir de 1985, que acadêmicos, empresários e formuladores de políticas de grandes cidades passaram a dar prioridade a determinado tipo de empreendedorismo urbano que já vinha sendo forjado deste a década de 70 também do século vinte.

Para ele, é importante ficar atento ao significado deste tipo empreendedorismo urbano. Ele não revela apenas seus impactos negativos, revela ainda a sua capacidade de se transformar numa prática corporativa urbana considerada progressista, “dotada de um forte sentido geopolítico de como construir alianças e ligações pelo espaço, de modo a mitigar, quando não desafiar, a dinâmica hegemônica da acumulação capitalista, para dominar a geografia histórica da vida social”.⁵

Basta ver o forte investimento destinado pela chamada Teoria Organizacional Conservadora para um tema hoje em moda, chamado “economia do compartilhamento” que, na verdade, nada tem de compartilhamento (o caso emblemático da *uberização*).

⁴ HARVEY, 2005, p. 132.

⁵ *Ibidem*, p. 187-188.

1.2 O novo estilo de acumulação, no contexto da mundialização do capital financeiros e do desenvolvimento de novas tecnologias. O seu impacto nas cidades.

O capitalismo global assume, a partir da década de 80 do século passado, uma configuração que terá impactos decisivos nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação, do mesmo modo que o conteúdo e o sentido dos seus resultados passaram a sofrer diferenças que os distinguem de outras etapas. Neste novo estilo de acumulação, novas alternativas de centralização dirigem-se aos gigantescos capitais financeiros (fundos mútuos e fundos de pensão) e, por consequência, têm, como veículo de legitimação, os títulos, *securities*, centrados na sua obsessão e na rentabilidade ligada à “liquidez”.⁶

Harvey e Chesnais entendem que, a partir daquela década, a desregulamentação financeira e o desenvolvimento de novas tecnologias se tornaram os principais fatores de aceleração, para desencadear as mudanças nas formas de internacionalização do capital. Uma fase caracterizada por meio de investimento direto internacional e pela colaboração entre empresas. Daí por diante, passaram a recorrer a novas combinações que envolviam os investimentos internacionais, o comércio e a cooperação entre empresas coligadas.⁷

Este é o período em que se desmancha no ar o Estado de Bem-estar Social, para dar passagem à ascensão do neoliberalismo. Desmanche de um e ascensão do outro tipificados como metamorfose que somente aconteceu por conta de inarredáveis imposições que se traduziram em desregulamentações, privatizações, precarização nas relações de trabalho, ampliação da concentração de capitais, dos mercados e, ao mesmo tempo, da desigualdade. Hegemonia do capital financeiro desencadeou o

⁶ CHESNAIS, 1996.

⁷ *Ibidem*.

enfraquecimento dos sindicatos, dos partidos de esquerda e mudança na geopolítica mundial, dentre outros efeitos.⁸

A partir do itinerário histórico percorrido pelo modo de produção capitalista é possível observar que as cidades, desde a revolução industrial, têm sido moldadas, concebidas, para atender as necessidades de cada etapa do desenvolvimento capitalista, em meio a um processo permeado por contradições.⁹

Somente durante a década de 1970 do século passado é que o capital financeiro se torna hegemônico. Na medida em que o debate sobre política urbana é ausente nos sindicatos e nos partidos de esquerdas, ambos já bastante enfraquecidos, os impactos negativos daquelas políticas repercutem ainda mais fortemente nos países periféricos.

2. INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL, FINANCEIRIZAÇÃO DA MORADIA E A MERCANTILIZAÇÃO DAS CIDADES.

Como se sabe, existe um vínculo entre a internacionalização do capital e a financeirização da moradia. Tudo começou no Reino Unido, nos Estados Unidos, na Europa Ocidental e no Brasil, conforme os estudos de Raquel Rolnik na obra “A Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças” (2015).

Já nos anos 1950 e 1960 do século passado, governos europeus passaram a entregar, em nome de conquista dos trabalhadores, habitação pública como parte da política de bem-estar social, experiências que se efetivaram de várias formas como, por exemplo, o provimento da moradia e o fornecimento de auxílios diretos para o pagamento de aluguel.

Já na década de 1970 do século passado, influenciada por fortes recessões econômicas, houve uma ruptura com a política protecionista do passado e os governos mudaram

⁸ MARICATO, 2015.

⁹ HARVEY, 1982.

radicalmente a sua conduta e deixaram de prover habitação, para incentivar mercados privados. Uma inversão que significou a mercantilização da moradia por meio de incentivos para a compra da casa própria.¹⁰ Assim, a moradia passou a ser adotada como garantia de empréstimos, o que resultou no aumento crescente dos preços dos imóveis e, com isso, a participação do salário na riqueza global decrescia.

Uma ideologia que induzia à percepção de aumento da riqueza nas mãos dos proprietários mas que, na realidade, nada mais significava do que uma dívida disfarçada ou um conjunto de dívidas das famílias proprietárias. Foi exatamente por força do endividamento privado que o mercado global se expandiu.¹¹

O impacto desta reconfiguração é decisivo nos países que estão fora daquele eixo, como é o caso do Brasil, onde se desenvolveu um modelo excludente e predatório de cidade, que condicionou um padrão histórico de moradia, caracterizado pela autoconstrução nas periferias e ocupações de terrenos vazios, as favelas.¹²

3. AS CIDADES COMO NEGÓCIO E A IDEOLOGIA DA CIRCULAÇÃO. SEM TETOS, FAVELIZADOS E OS APARTHEIDS SOCIAIS DAS PERIFERIAS E DOS CENTROS URBANOS.

3.1 As cidades como negócios e a ideologia da circulação.

A favelização do mundo não mais está circunscrita às cidades fincadas nos países periféricos. Está invadindo as cidades mais ricas do globo – de Paris ao Vale do Silício, em Chicago. Portanto, este tema não pode ser compreendido sem um diálogo com os teóricos vinculados, sobretudo, à Geografia Humana; com os arquitetos e os urbanistas que apontam para uma

¹⁰ROLNIK, 2015.

¹¹ *Ibidem.*

¹² *Ibidem.*

superpopulação dos centros urbanos e a degradação da vida humana nesses espaços e afirmar que, entre os povos excluídos, sobretudo do nosso continente, existem critérios marcadamente colonialistas, no contexto da “revolução” urbana e de suas consequências – as desigualdades sócio-espaciais.

No livro organizado por Ana Fani Alessandri Carlos, Danilo Volochko e Isabel Pinto Alvarez (2015), é possível identificar uma versão analítica pouco comum e pouco visitada por juslaboralistas, inclusive por aqueles que estão enquadrados na chamada teoria jurídico-trabalhista crítica: a cidade como negócio, a partir da noção de urbano enquanto negócio, para ressignificar o sentido contemporâneo hegemônico assumido pela cidade. Neste sentido, não se trata de repetir as condições necessárias para acumulação do capital inserido no espaço urbano, trata-se de reproduzir diretamente o capital por meio da própria produção do espaço urbano. Melhor dizendo: não trata de reproduzir as condições necessárias para acumulação do capital inserido NO espaço urbano; mas, DO espaço urbano.

Tal como já foi assinalado no capítulo anterior, a produção contemporânea do espaço urbano e, com ele, da própria cidade, hão de ser encaradas no movimento de mundialização financeira e no contexto da propriedade privada do solo que, por seu turno, se articula com as novas peculiaridades envolvidas com o processo de valorização do espaço.

Seguem-se desse contexto as políticas contemporâneas do espaço, vinculadas ao planejamento urbano recepcionado pelos planejadores urbanos estatistas, que, no fundo, se encontram vinculados, presos e a serviço da reprodução capitalista. E o que é pior: para aqueles autores, trata-se de uma concepção econômica vinculada/dominada por novas fronteiras representadas pela macroeconomia e pelo “turismo” – aqui colocado entre aspas.

3.2 O impacto nas relações de trabalho e no trabalhador imigrante.

O inchaço das periferias e dos centros urbanos e o seu braço forte, a clandestinização do trabalhador, inclusive do imigrante, resultam da reestruturação produtiva e da mundialização do capital. Embora os países desenvolvidos tentem fechar as suas fronteiras, para controlar o movimento migratório, não vivem sem a exploração da mão de obra estrangeira. São destinados a ela os trabalhos precários, clandestinos e mais penosos.¹³

Já para o sociólogo Ricardo Antunes, há um fator que também interfere nas disfunções sócio-ambientais das cidades e que se relaciona com as diversas formas de flexibilização, pois as mesmas representam, de fato, modalidades de precarização do trabalho.¹⁴ Uma morfologia distinta da classe trabalhadora, com efeitos devastadores na sua subjetividade e nas relações sociais, porquanto altera tanto a sua forma de ser quanto se caracteriza pela diminuição do operariado industrial estável de base taylorista-fordista em diversos países, com o surgimento de novas modalidades precarizadas de trabalho.¹⁵

Ainda é preciso registrar a posição daquele sociólogo do trabalho, para quem o avanço da mundialização do capital induz, por seu turno, à emergência de mundialização das lutas sociais do trabalho.¹⁶ Daí o registro de movimentos sociais globais contra-hegemônicos, que se iniciaram em Gênova, Seattle, ocuparam a Europa e os Estados Unidos – “Os Indignados”; “Ocupem All Street”. O Fórum Social Mundial também é outro exemplo que estabelece um contraponto histórico às propostas ultraliberais.

A constatação e a denúncia desta indignidade praticada contra os trabalhadores imigrantes foi descrita em obra escrita por

¹³PEREIRA, 2014, p. 146.

¹⁴ANTUNES, 2006, p. 234.

¹⁵ *Ibidem*, p. 234

¹⁶ ANTUNES, 2009, p. 231-238.

vários cientistas sociais e organizada por Boaventura de Souza Santos (2005), na qual são apresentados os sentidos para a solidariedade operária a ser instituída em níveis locais, nacionais e supranacionais, para fazer frente à globalização excludente. Tais estudos passaram a propor uma globalização alternativa, contra-hegemônica, constituída por meio de um conjunto de iniciativas, movimentos e organizações destinados a constituir vínculos, redes e alianças locais/globais.

Uma globalização alternativa, na medida em que o trabalho enquanto protoforma da vida e ontologia do ser social passe ser entendido como recurso social global. A partir deste caminho, é possível vislumbrar uma solidariedade operária transnacional, no sentido de eliminar as mazelas das periferias e dos centros urbanos. Para os autores deste texto, uma solidariedade centrada no trabalho, que possa reunir os afetados de todo o gênero – empregados, clandestinizados, desempregados e não empregáveis.

Em publicação patrocinada pela UNESCO e o Instituto Piaget, para a coleção Epistemologia e Sociedade, Jérôme Bindé reconhece que um novo espectro passou a assombrar as cidades no limiar do século XXI: o *apartheid* urbano que institui tipos de alojamento repartido por zonas de habitação e segundo categorias de rendimento ou de grupos sociais e culturais.¹⁷

Observam-se, de um lado, bairros privilegiados e fechados sobre si mesmos, possuidores de lazer, de emprego e de uma cultura de consumo mundializada. Do outro, espaços onde se encontram os imigrantes e minorias étnicas, em que se estabelece um dualismo e uma segregação que permitem a cristalização de comunidades isoladas, consideradas pela primeira como “classes perigosas”, uma vez que vivem à margem das leis da “sociedade dominante.”¹⁸

Constata ainda a existência de uma vasta camada média que flutua entre estas duas categorias e vive constantemente

¹⁷ BINDÉ, 2000, p. 435-443.

¹⁸ *Ibidem* p. 436.

ameaçada de desqualificação social. O *apartheid* urbano, portanto, se transforma num verdadeiro *apartheid* social. Desta forma, receia aquele autor que o patamar de intolerância, construído dentro das metrópoles do Norte e do Sul, transforme as cidades do futuro “na anticidade, a de todas as fronteiras, sejam elas sociais, econômica, culturais ou políticas”.

Para o filósofo Zygmunt Bauman (2009) a arquitetura das cidades assumiu uma postura defensiva, na medida em que se enrijece, por se tornar prisioneira de fortalezas e de mecanismos tecnológicos de proteção, em face da insegurança, do medo e do pavor que passou a dominar aquilo que chama de modernidade líquida. A solução, para ele, está em recuperar a dimensão comunitária do espaço público, como meio de capturar a arte de uma coexistência segura, pacífica e amigável. Para os autores deste texto, está em sincronizar a arte e a cultura enquanto *locus* privilegiado de sociabilidade, a partir da produção não capitalista e do trabalho livre.

4. A RECONFIGURAÇÃO DAS CIDADES POR MEIO ECONOMIA DA CULTURA E DAS LUTAS EMANCI-PATÓRIAS.

4.1 A urbanização no capitalismo monopolista.

Para a teoria jurídico trabalhista crítica, as relações de trabalho são relações de poder, do mesmo modo que as relações sociais, no âmbito das dinâmicas territoriais, são também relações de poder determinantes dos modos de vida, nas suas dimensões individuais e coletivas, ou melhor, entre privilegiados e segregados, em que se instituem também os espaços de dominação locais, regionais e globais. Logo, não se pode vislumbrar a segregação espacial na constituição, produção e reprodução do espaço urbano sem entender que se trata de espaço de cidades que giram em torno do modo de produção capitalista.

Estas as razões da crítica de Marcelo Lopes de Souza¹⁹, ao tratar da “revitalização/regeneração”, como forma de intervenção nos espaços urbanos:

Entretanto, o *fator mediato* a ser considerado é a relevância crescente do que David Harvey denominou o *círculo secundário do capital*. Esse circuito é aquele que se vincula não à produção de bens móveis, mas, sim, à produção de bens imóveis, vale dizer, do próprio ambiente construído. Em outras palavras, ele se refere à (re)produção do próprio espaço. O capital imobiliário (fração do capital um tanto híbrida, originária da confluência de outras frações) vem, nas três últimas décadas, assumindo um significado cada vez maior, na interface com o capital financeiro. As consequências disso não são apenas locais, podendo chegar a ser globalmente catastróficas, como se pode ver pelo papel da bolha das “hipotecas podres” na crise mundial que eclodiu em 2008. Pelo mundo afora, a contribuição da construção civil para a formação da taxa de investimento foi-se tornando cada vez mais expressiva. E, em todo o planeta “revitalizar” espaços “deteriorados” tem sido um dos principais expedientes na criação de novas “frentes pioneiras urbanas” para o capital. Estamos imersos na era por excelência, da cidade como uma “máquina de crescimento” (“growth machine”), para lembrar a célebre fórmula de Harvey Molotch.

Para ele, os loteamentos murados e os condomínios fechados passam a representar uma nova alternativa de segregação socioespacial centrada na propriedade da terra e na apropriação privada dos espaços públicos e coletivos. Aparecem como “uma nova forma de morar” e são vendidos sob a ilusão como se pudessem criar um novo valor de uso, uma nova alternativa de habitar pago “pelos compradores aos empreendedores imobiliários, com a ilusão de que ele atende à sua necessidade de segurança”.²⁰

Uma alternativa de moradia que implica, de saída, isolamento “em lugares fechados onde só entram moradores, seus conhecidos e os trabalhadores que exercem suas atividades intramuros – demonstra o novo tipo de segregação”.²¹ De outro lado, cita Boaventura de Souza Santos para referir-se a fascismos sociais que reproduzem um tipo de *apartheid* social capaz de segregar, isolar

¹⁹ Souza, 2016, p. 133.

²⁰ *Ibidem*, p.160.

²¹ *Ibidem*, p. 160.

por meio de “uma cartografia urbana divididas em zonas civilizadas e zonas selvagens.”²²

O que predomina, nas intervenções urbanísticas na perspectiva da mercantilização das cidades, é o deslocamento dos excluídos, favelados, dos locais onde vivem e encontram os meios de subsistência – por mais injustos e desumanos sejam - para que entre em cena a especulação imobiliária – que se propõe a “mudar a paisagem suja e expulsar os que promovem a sujeira”.²³

4.2 Mercantilização das cidades e desigualdades socioespaciais. Entre a exclusão e o humanismo. A versão de Michael Hardt e Antonio Negri.

Michael Hardt e Antonio Negri (2016), embora rejeitem a tradição marxista, deixam transparecer certa unidade com ela, quando a proposta é estabelecer a crítica filosófica da modernidade. Ao analisarem aquilo que passaram a considerar

²² *Ibidem*, p. 161.

²³ Os relatos expostos por Olinda Rodrigues da Silva e Jéssica Paiva França são significativos ao descrever intervenções urbanísticas, com a finalidade de liberação para dar lugar a dois grandes projetos na Orla Portal da Amazônia. Curioso, para elas, que o projeto comece se referindo a uma iniciativa do poder público para garantir o princípio constitucional da função social da propriedade. Do mesmo modo, deixaram para trás as necessidades básicas dos removidos ou remanejados “que hoje lutam pelo direito a moradia digna, ainda não suprida pelo Estado” (p. 2018). Ainda perceberam que o avanço da especulação e valorização imobiliária, redes de supermercados, *shopping centers*, entre outros. Perguntam: “e o que resta aos antigos moradores? Mesmo que queiram permanecer em seus territórios, raramente conseguem, pois tudo é transformado, a iniciar pelo custo de vida, que aumenta consideravelmente. Entre poucas alternativas, resta a venda de suas casas para dar continuidade às suas vidas em outros bairros que apresentam maiores possibilidades de acesso a bens de consumo”. (*Idem*, p. 218). SILVA, Olinda Rodrigues; FRANÇA, Jéssica Paiva. Reconfiguração Urbana de Belém: avanços e impasses provocados pela intervenção urbanística da PMB na Bacia da Estrada Nova. In: **Renovação urbana, mercantilização da cidade e desigualdade socioespaciais**. GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques Gomes et al. (orgs). Rio de Janeiro: Maud X, p. 209-219, 2013.

como a república da pobreza, admitem a existência, na política, de apocaliptismo nas concepções contemporâneas de poder, sobretudo, na interpretação dos novos imperialismos e novos fascismos. Concordam que existem provas de um estado de exceção que resulta no predomínio da violência na resolução de conflitos nacionais e internacionais; no uso generalizado de tortura e de sua legitimação, além de mortes de civis em combate.

Para tanto e atendendo a uma lista indefinida de horrores, são capazes de suprimir leis internacionais e suspender direitos e mecanismos de proteção internos. O que chama a atenção para eles é que se trata de um tipo de imagem focada “na autoridade transcendente e na violência eclipsada, encobre, as formas realmente dominantes de poder que continuam a nos governar hoje em dia – poder encarnado em propriedade e capital, embutido na lei e plenamente apoiado por ela”.²⁴

Embora não descartem a emergência de luta armada, seguem o caminho da instituições contra a corrupção que pode surgir por meio de hierarquias sociais – privatização, como uma delas, ou ainda da perpetuação de alternativas negativas que diminuam os poderes da multidão²⁵ e interdita a sua produção de subjetividade e, por esse caminho, exerçam seus conflitos internos. Admitem a complexidade das lutas que devem surgir, posto que podem assumir múltiplas frentes e para, muitas delas, não é possível, agora, vislumbrar a sua origem.

Centrados no pensamento iluminista, nos seus compromissos e suas convicções (Diderot, Maquiavel e aqueles que passaram a considerar como revolucionários do iluminismo), entendem que as lutas devem dirigir-se, entre outras alternativas, à instituição da felicidade, a ser consolidada a partir de um processo de educação e de um treinamento centrados em engajamentos

²⁴ *Ibidem*, p. 18.

²⁵ Aqui, se incluem também, como motivo de enfraquecimento da força das multidões, a terceirização das relações de trabalho, nos seus dois sentidos – interno e externo -, na medida em que mina o poder dos sindicatos, a sua força de organização coletiva dos trabalhadores.

coletivos, rumo à constituição de uma vida social que possa colocar em ação o governo democrático.

Felicidade enquanto supremo bem coletivo, com o qual a multidão se compromete, para se governar, visando a criar as possibilidades de um estado duradouro de felicidade comum e centrada também na democracia como “meta de uma multidão que já tenha desenvolvido os poderes necessários para o autogoverno, mas também um mecanismo de aprendizado, um dispositivo que expanda esses poderes, aumentando não só a capacidade mas também o seu desejo de participar do governo.”²⁶

Também, inspirados em Spinoza e Dante Alighieri, propõem-se a incluir, nesta pauta, o amor, a felicidade e a alegria. Instituição da felicidade em dois sentidos: político e ontológico e, com isso, romper completamente com o passado, como contraponto à miséria. Invocam, como uma das alternativas, a adoção de uma renda garantida, a qual já vem sendo experimentada em alguns países.

Trata-se de um imperativo indispensável, como iniciativa de caráter global capaz de possibilitar a todos a existência dos meios indispensáveis e básicos da vida, “em todo o mundo, uma renda garantida global e assistência de saúde verdadeiramente universal, seja fornecida através de instituições globais como agências da ONU, por organizações de cidadãos ou outros organismos.”²⁷

Apontam ainda mais duas plataformas: a) a exigência de igualdade contra a hierarquia, com o objetivo de permitir que os cidadãos sejam capazes de participar “da constituição da sociedade, do autogoverno coletivo e da interação construtiva com os outros” – acesso à educação, por exemplo; b) como segunda, aponta para a exigência de livre acesso “ao comum contra as barreiras da propriedade privada”.²⁸

²⁶ *Ibidem*, p. 412.

²⁷ *Ibidem*, p. 416.

²⁸ *Ibidem*, p. 416.

Neste sentido, é possível abrir espaços para que as pessoas possam fazer uso, de modo livre e igualitário, dos recursos e da riqueza, uma vez que se lhes permitem as condições de produzir com eles próprios.

Eis as razões pelas quais a constituição da riqueza da multidão na metrópole significa garantir que todos tenham os meios básicos de vida e saúde, permitidos por uma relação de igualdade assegurada pelo conhecimento e por capacidades necessárias à legitimação do livre acesso ao que consideram bem-estar comum acumulado.²⁹

4.3 O capital e a luta pelo bem-estar comum, no contexto do capital simbólico coletivo e de suas marcas de distinção. A versão de David Harvey.

Uma das respostas mais notáveis às barbáries contemporâneas diz respeito às lutas travadas nas ocupações de prédios e terrenos, desencadeadas pelos trabalhadores sem-teto. Lutas que se dão, sobretudo, em virtude no notório déficit habitacional, dos preços abusivos dos imóveis e dos aluguéis, quando o próprio Estado se posiciona a serviço da especulação.³⁰

Somam-se a estes fatores aqueles que dizem respeito à clandestinização, desproletarização e complexificação das relações de trabalho que passam conviver ainda com o desemprego estrutural.

²⁹ Apresentam, inclusive, nas referências, um item (3) intitulado CAPITAL E AS LUTAS PELO BEM-ESTAR COMUM, p. 438-443.

³⁰ Segundo Guilherme Boulos, “a partir de julho de 2013 pipocaram dezenas de ocupações de terrenos e prédios ociosos em São Paulo. Especialmente em bairros da periferia, trabalhadores se organizaram e passaram a tomar com barracos terrenos antes abandonados ou utilizados pra especulação imobiliária [...] A resposta está no barril de pólvora que há anos vem crescendo nas grandes metrópoles brasileiras. Está cada dia mais caro morar nas grandes cidades, inclusive em suas regiões periféricas. Os índices de valorização imobiliária dos últimos anos são assombrosos. BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos**. Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Autonomia Literária, 2015, p. 123.

Segundo dados apresentados por David Harvey³¹, houve um aumento considerável no número de trabalhadores engajados, tanto na produção cultural quando nas atividades profissionais dela decorrentes. Se, na década de 1980, havia cerca de 150 mil artistas registrados na região metropolitana de Nova York, hoje, este número teria dobrado.

É neste cenário que se pode revelar a maneira como o capitalismo contemporâneo - por meio do que ele chama de renda de monopólio na lógica da acumulação do capital - encontra os meios “de extrair excedentes de diferentes locais, de variações culturais locais e de significados estéticos, seja qual for a origem”.³²

Uma renda de monopólio que pode transitar por todo o planeta e envolver, por exemplo, a indústria da fé e o turismo da pobreza – visitas em favelas da África do Sul ao Rio de Janeiro.

David Harvey expõe uma delas. Exatamente aquela que está na estrutura mesma da renda de monopólio: o risco a que o capital global se submete, quando valoriza o que distingue a arte local – sua singularidade, autenticidade, particularidade, originalidade – posto que se trata de perfil incompatível com dois pressupostos que conduzem à produção de mercadorias: a) a homogeneidade exigida; b) a eliminação de componentes ideológicos que denunciem este próprio perfil, ou melhor: como contornar estes perfis, sem eliminar a liberdade de expressão.

Defende ele que não interessa ao capital destruir por completo a singularidade, já que ela se constitui também como a base da apropriação das rendas do monopólio. Admite inclusive que, quando assim quis proceder, em muitas circunstâncias, rumo à destruição da singularidade, foi severamente condenado por isso.

Daí porque “pode até mesmo apoiar (ainda que com cautela e, em geral, inquietação) práticas culturais

³¹ HARVEY, 2014, p. 170.

³² *Ibidem*, p. 202.

transgressoras – exatamente porque essa é uma maneira de ser original, criativo e autêntico, além de único.”³³

Trata-se pois, segundo ele, de estabelecer, como premissa, os significados do capital simbólico, marcas de distinção e rendas de monopólio. É exatamente onde entra a “marca” das cidades ou o capital simbólico coletivo associado a nomes e lugares – Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Paris, Atenas, Nova York, Roma.

Na esteira das elevadas perdas de outros poderes de monopólios, em virtude da mobilidade das grandes corporações, a redução das barreiras comerciais e dos transportes, uma nova luta é travada, para conferir a estas cidades vantagens econômicas e aumentar “seu quociente de capital simbólico. A ‘marca’ das cidades transforma-se em grandes negócios.”³⁴

Esta lógica impulsionada pelo grande capital - que procura reunir o acúmulo do capital simbólico aos traços distintivos de uma grande cidade, por exemplo, a partir de seu legado arquitetônico aliado a “novos efeitos arquitetônicos” - não deixa de exibir contradições e resistências.

Para ele, é preciso refletir sobre quais segmentos da população devem beneficiar-se mais do capital simbólico coletivo, posto que foi construído por vários desses segmentos – no passado e no presente. É correto esta renda de monopólio vinculada ao capital simbólico “ser captada somente pelas multinacionais, ou por um pequeno e poderoso segmento da burguesia local?”³⁵

Em meio a estas contradições surgem contestações e atuações políticas de amplo espectro que implicam reconhecer

³³ *Ibidem*, p. 203.

³⁴ *Ibidem*, p. 193.

³⁵ Deixa-se aqui transparecer que, dentre os mecanismos forjados na terceirização, aparecem, aquelas instituídas nas relações de trabalho, como modo específico utilizado pelas multinacionais pela elite econômica local, na exploração/mercantilização destes bens e de suas rendas de monopólio, tanto nas atividades meio, quanto nas atividades fim; tanto na terceirização interna, quanto na terceirização externa.

produções populares vinculadas a novos comuns urbanos. Eles reivindicam para si a hegemonia do capital simbólico coletivo, a partir das memórias e mitologias coletivas.

Assim, forja-se um tipo de apelo a tradições culturais e específicas como formas de ação política que apontam para denunciar o tipo de desenvolvimento desigual imposto pelo capitalismo contemporâneo e, também, para o respeito às memórias coletivas – mitológicas, históricas, culturais, estéticas e tradições.

Logo, a renda de monopólio é, em si, contraditória, porque dirige-se ao capital global e leva, ao mesmo tempo, à valorização de iniciativas locais distintivas e, o que é mais importante, mais transgressoras; a um movimento de oposição, já que o capital estará sempre em busca de encontrar maneiras de cooptar, classificar, mercantilizar e monetarizar essas diferenças e bens culturais o suficiente para se apropriar de rendas de monopólio deles.

Dessa forma, o capital frequentemente produz alienação e ressentimento entre os produtores de cultura, que experimentam em primeira mão a apropriação e a exploração de sua criatividade e de seus compromissos políticos, em benefício econômico de terceiros.

Do mesmo modo, populações inteiras podem se ressentir por suas histórias e culturas serem exploradas pela mercantilização. Para os movimentos de oposição, o problema é entender-se com essa vasta apropriação de seus comuns culturais e usar a validação de seu particularidade, singularidade, autenticidade, cultura e significados estéticos de maneiras que abram novas possibilidades e alternativas.³⁶

Bens culturais que não podem dividir-se em alta cultura e cultura popular e devem engarjar-se em torno dos movimentos de oposição, a partir de uma causa, simultaneamente, dos produtores e da produção na condição de elemento-chave de estratégia política [...] É onde se encontra um dos espaços fundamentais da esperança de construção de política, um tipo alternativo de

³⁶ *Ibidem*, p. 203.

globalização e uma vibrante política antimercantilização: uma política em que as forças progressistas da produção e transformação cultural podem buscar apropriar-se das forças do capital e sumprimi-las, e não o contrário.³⁷

No rastro de Lefebvre e de seus seguidores, como Castels, e de uma perspectiva revolucionária e não apenas reformista, Harvey parte para identificar o potencial revolucionário dos movimentos sociais urbanos – trabalhadores urbanos e não apenas operários fabris – e, sobretudo, para encontrar fundamentos na teoria social crítica, em geral, e nas teorias dos movimentos sociais, em particular, ou seja: a capacidade e as possibilidades de organização envolvendo grupos aparentemente desorganizados, multifacetados, de múltiplas queixas, exigências, sofrimentos e injustiças.

Se, como proclamara Lefebvre, a centralidade tradicional da cidade foi destruída, “de que maneira e em que outros lugares podemos nos reunir para articular nossas queixas e exigências coletivas?”³⁸

Na segunda parte de sua obra, passa a examinar a urbanização e a história da acumulação, em meio às forças do capital. Para ele, se esta mesma força procura sistematicamente revolucionar a vida urbana, é exatamente dentro deste mesmo espaço que uma luta de classe de algum tipo, “não importa se explicitamente reconhecida como tal, está inevitavelmente envolvida [...] em que medida devem as lutas anticapitalistas explicitamente se centrar e organizar no amplo espaço da cidade e do urbano? E, se devem fazê-lo, como e exatamente por que?”³⁹. É o que procura responder.

Segue, pois, imaginando

a criação de um movimento anticapitalista cidadão que vá ao encontro de um projeto distinto de urbanização daquele que interessa à classe dos empreiteiros, do Partido de Wall Street e dos meios de comunicação que os controla,

³⁷ *Ibidem*, p. 206-207.

³⁸ *Ibidem*, p. 23.

³⁹ *Ibidem*, p. 210.

concentrar-se nos estarecedores níveis de exploração nos locais de trabalho – desde os trabalhadores imigrantes tão impiedosamente explorados nas casas dos ricos até os que trabalham como escravos nas cozinhas dos restaurantes em que ricos fazem suas lutas refeições. Deve também unir os trabalhadores criativos e artistas em produtos comerciais sob o controle das grandes fortunas.⁴⁰

Envolver, desta maneira, *Capital Simbólico Coletivo* = *Marcos de Distinção* = *Rendas de Monopólio*, para entender o empreendedorismo urbano centrado na forma neoliberal de globalização da renda de monopólio e as marcas de distinção significa também compreender os espaços de resistência e de esperança nos quais se forja uma luta alternativa ao capitalismo multinacional, para encontrar uma outra modalidade de capital simbólico coletivo.

É também em um cenário no qual se exacerbam as contradições do capitalismo vinculado à renda de monopólio que se buscam “valores de autenticidade, história, cultura, memórias coletivas e tradições, abrem espaço para reflexão e a ação política, nas quais alternativas podem ser tanto planejadas como perseguidas”.⁴¹

Espaços privilegiados de investigação e de cultivo a serem considerados pelos movimentos de oposição, ou seja: “é um dos espaços chave de esperança para a construção de um tipo alternativo de globalização, em que as forças progressistas da cultura se apropriam dos espaços chave do capital em vez do contrário”.⁴²

5. A LUTA PELO BEM-ESTAR COMUM, A PARTIR DA ECONOMIA DA CULTURA.

Harvey⁴³ admite ser exatamente em meio aos processos debilitantes da urbanização neoliberal - embora a

⁴⁰ *Ibidem*, p. 282.

⁴¹ *Ibidem*, p. 237.

⁴² *Ibidem*, p. 237.

⁴³ HARVEY, 2014, p. 209.

urbanização seja crucial para a história da acumulação do capital, já que as forças do capital e seus inumeráveis aliados movem/mobilizam a vida urbana - que uma luta de classe de algum tipo se encontra inevitavelmente envolvida.

Em outra obra, salienta que empreendedorismo urbano⁴⁴ está centrado, inicialmente e na fase atual da globalização, na forma como os cálculos da economia política e sua tentativa de acumulação das rendas monopolistas são capazes de capturar os desenvolvimentos e as tradições culturais locais, sobretudo porque, numa visão ainda mais abrangente e sofisticada, terceiriza a força de trabalho dos artistas, em dimensões ainda não detectadas pela teoria jurídico-trabalhista crítica.

Neste contexto, entra em cena o capital simbólico coletivo e o poder das marcas especiais de distinção, sem o quais não é possível vislumbrar a configuração das rendas de monopólio. Assim, o capital simbólico e sua marca distintiva, transformada em *commodities*, afastados daqueles que os produzem – os artistas e a população local - podem ser capturados pelo capital internacional monopolista, além de trazer uma outra perturbação: a *disneyficação*.

No fundo, os guardiões do capital simbólico coletivo e do capital cultural – museus, universidades, a classe dos mecenas, o aparelho estatal e - acrescentam os autores deste texto – os produtores – compram a força de trabalho – material/imaterial – dos artistas e, ao mesmo tempo, os excluem, como excluem também os que pertencem à comunidade na qual se forjam simultaneamente o capital simbólico coletivo e suas marcas distintivas, ou as conquistas advindas do capital simbólico coletivo e da marca de distinção.

Daí a pergunta: “por que deixar a renda monopolista vinculada ao capital simbólico ser auferida apenas

⁴⁴ Admite que “pelos tipos de motivos exemplificados pela história recente de Barcelona, a indústria do conhecimento e do patrimônio, a produção cultural, a arquitetura e o cultivo de juízos estéticos distintivos se tornaram poderosos elementos constitutivos da política do empreendedorismo urbano. Em mundo altamente competitivo, a luta para acumular marcos de distinção e capital simbólico coletivo continua”. *Idem*, p. 231.

pelos multinacionais ou por uma pequena e poderosa parcela da burguesia local.⁴⁵ Para Harvey, é imprescindível um conceito de renda monopolista, no contexto da lógica da acumulação do capital, para entender a maneira como o capital encontra meios de se apropriar e extrair excedentes das diferenças locais, das variações culturais locais e dos significados estéticos, não obstante a origem. Nos Estados Unidos, a indústria da música, por exemplo, tem grande êxito na apropriação da fantástica criatividade de origem popular e localizada dos músicos de todos os tipos (quase sempre em benefício da indústria e não dos músicos). A desenvergonhada transformação em *commodities* e comercialização de tudo são, afinal, indicadores dos nossos tempos.⁴⁶

O tema ora proposto se encontra também vinculado àquilo que Paul Singer (2018) considerou como migrações internas e exarceba uma história específica entre relações campo x cidade.

Logo, ao falar-se das metamorfoses do mundo do trabalho e seus impactos nas cidades, é preciso ressaltar uma produção acadêmica respeitável que vem de desenvolvendo fora da teoria jurídico-trabalhista⁴⁷, seja ela tradicional ou crítica - que incorpora, por exemplo, o trabalho ambulante, nos espaços local e global.⁴⁸

⁴⁵ *Ibidem*, p. 233.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 235.

⁴⁷ FERRARI, Therezinha. **Fabrilização da cidade e ideologia da circulação**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques; MAIA, Rosemeire Santos; CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; FRANÇA, Bruno Alves de. (Orgs.) **Renovação urbana, mercantilização da cidade e desigualdades socioespaciais**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Orgs.) **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. (Orgs.) **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2013. HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

⁴⁸ A propósito: GOMES, Maria de Fátima Cabral (org.); PELEGRINO, Ana Izabel Carvalho... [et al.] - Rio de Janeiro: FAPERJ, 2006.

Em meio a esta literatura, torna-se importante referir-se à Economia Social e Solidária e, dentro dela, à Economia da Cultura como referencial teórico voltado para rearticulação das políticas públicas vinculadas à emancipação, na medida em que transita por três varáveis: a) do ponto de vista da antropologia cultural, vincula-se à formação e constituição de uma determinada sociedade ou comunidade. No exemplo do povo brasileiro, à origem simbólico-dramática ou não racional-ilustrada, por tratar-se de sua reserva privilegiada ou, como diria Harvey, de seu capital simbólico coletivo e de suas marcas de distinção - arte, cultura, ciência; b) reserva privilegiada de reafirmação, por meio das lutas coletivas e individuais, para reafirmar este capital simbólico coletivo e suas marcas de distinção hoje absorvidas pelo capital internacional e de uma elite econômica; c) possibilitar o crescimento da Economia Solidária e, em especial, da Economia da Cultura, para fazer frente à economia de mercado, que subordina a força do trabalho ao capital, da circulação/fetiche de mercadorias, numa prática, segundo Rocca, que está centrada na distribuição tripartite do espaço social entre o poder, o dinheiro e a solidariedade. A identificação, como privado-social, enfatiza os elementos político-sociais, enquanto que os termos organizativos - terceiro sistema, ou economia social - propõem uma aproximação econômica que acentua a produção de valores de uso, a ausência de lucro e a participação social na gestão. (tradução livre dos autores)⁴⁹

Não há como esconder a desertificação/desproletarização dos postos tradicionais de trabalho que fazem, como já afirmado, inchar os centros e a periferia não só das grandes metrópoles mas de cidades médias e pequenas.

Espaços também privilegiados de luta por reconhecimento identitário, em que os empreendimentos centrados na autogestão, na solidariedade e na democratização das relações de trabalho - voluntariado, organizações não governamentais; o cooperativismo; empresas de economia social e economia da

⁴⁹ ROCCA, 1996, p. 11.

cultura - se fazem presentes, sobretudo, na organização de movimentos como MST e MTST.

Um contraponto também acadêmico é extraído de trabalhos escritos por urbanistas, geógrafos e arquitetos, para explicar analiticamente os fundamentos teóricos e conceituais que movem a nova economia mundial e seus impactos nos espaços urbanos e rurais e para demonstrar como as cidades são encaradas enquanto negócio, em virtude da renovação urbana e na sua mercantilização, fatos que provocam desigualdades sócio-espaciais ou naquilo que se passou a chamar de cidade *just in time*.

Daí considerar-se a *fabricalização das cidades* e regiões, ou as chamadas *cidades-fábricas*, em que o tempo de trabalho das pessoas é muito mais explorado.

O trabalho cooperado e auto-gestor serve também para configurar-se como uma das últimas trincheiras de combate àquela exploração, na medida em que o produto do trabalho surge como um direito e uma repartição equitativa; um produto social de enfrentamento da reprodução da lógica capitalista da força de trabalho centrada na desigualdade hierárquica e apontando as alternativas.

Também, a fim de se opor à ideologia da circulação que rege a fabricalização da cidade, estão a Economia Solidária e Economia da Cultura que, na visão de Pierre Bourdieu (2007), devem entrar no campo de batalha, a fim de protagonizarem relações de forças que se manifestam dentro da área de significação, em que as suas práticas e atitudes entram em choque com o poder e a decisão dos grupos formadores da ideologia dominante.

Na compreensão de Sérgio Miceli⁵⁰, Bourdieu

deriva os fundamentos lógicos da distinção teórica capital que estabelece no objeto que constrói – mercado material e mercado simbólico – do processo mesmo da divisão e separação do trabalho. As mesmas condições que conduziram à separação e à divisão do trabalho simbólico, que passa a ter características singulares (afora os traços comuns que compartilha com o

⁵⁰ MICELI, 2007, p. 33.

produção em geral) são responsáveis pela constituição de teorias puras cuja possibilidade é dada justamente pela omissão da questão acerca das condições em que opera a divisão geral do trabalho. Parece, assim, haver encontrado uma saída para o dilema posto pela distinção entre “objeto de conhecimento” e “objeto real”, quando exige uma reflexão sistemática a respeito da prática subjetiva incluindo a própria prática teórica cujo modo de operação e cujos resultados se ligam diretamente às “condições de possibilidade teóricas e sociais da apreensão objetiva e, ao mesmo tempo, dos limites deste modo de conhecimento”.

Periferias e centros urbanos, em seus respectivos espaços privilegiados, pelos quais se movem a sua criatividade, a sua estética os seus valores culturais, devem reunir-se coletivamente, para afirmar o capital simbólico coletivo e de suas marcas de distinção. Para isso, devem reunir-se em torno da Economia da Cultura e nela depositarem, respectivamente, o seu capital simbólico coletivo e suas marcas de distinção. Do contrário, eles serão capturados pelos detentores dos meios de produção – locais e globais.

No contexto dos dilemas entre a formação de guetos, a legitimidade da intervenção estatal e uma política econômica centrada no *laissez faire*, tal como anuncia Françoise Benhamou (2007), a economia da cultura aparece para ampliar os cânones da proteção do trabalho humano já que se torna parte integrante do gênero Econômica Solidária.

Essa ideia foi proposta e desenhada pelo professor José Adelmy da Silva Acioli⁵¹,

Sob esses parâmetros, a economia social e solidária propõe uma nova formação de sociabilidade humana para, ao mesmo tempo, superar a centralidade do trabalho abstrato subsumido ao capital e reencontrar a ontologia do ser social no trabalho verdadeiramente livre, especialmente no que diz respeito à parte mais precária da classe trabalhadora representada pelos temporários de todo o gênero, os emigrados do trabalho subordinado e os não-empregáveis. Nessa perspectiva, através da luta emancipatória e contra-hegemônica, a soberania individual

⁵¹ ACIOLI, 2018, 266-267

utilitarista designada pela sociedade de mercado deve ser transpassada a uma soberania de caráter coletivo no âmbito de uma democracia social que contemple a associação livre de indivíduos capazes de reger por si mesmos sua organização social e as prioridades de sua reprodução. De outra banda, ao se perseguir a redução do trabalho social necessário com a adoção de uma sociabilidade alternativa, busca-se uma redefinição do tempo livre para que não seja mais observado apenas um tempo morto (sem produtividade) ou destinado ao consumo de bens programado pelo mercado, mas sim como um valor essencial à edificação de uma revolução cultural que promova a alteração do sentido da vida fora do trabalho, ou seja, que reserve um espaço concreto para a realização humana emancipada e para a interação comunicativa entre os homens.

CONCLUSÃO

Para os teóricos vinculados à chamada Teoria Jurídico-trabalhista Crítica, as relações de trabalho subordinados são relações de poder, que não podem ser abolidas no contexto do modo de produção capitalista, que subordina a força do trabalho ao capital. Do ponto de vista dialético, uma contradição imanente - não metafísica, não idealista, mas concreta e que retroalimenta a própria totalidade contraditória.

Do ponto de vista das etapas do capitalismo e do Estado Moderno é possível vislumbrar, no estágio atual, a supremacia da financeirização das moradias e a mercantilização das cidades. Por meio delas, vislumbra-se também uma forma engenhosa de apropriação da força de trabalho que se institui para além das organizações produtivas tradicionais e fora delas. Basta ver a favelização dos centros e das periferias, os guetos e *apartheids* sociais sem precedentes.

Seguindo, procurou-se, no rastro de Michael Hardt e Antonio Negri, demonstrar como se instituem e se situam a mercantilização das cidades, as desigualdades socioespaciais e suas propostas para, entre a exclusão e o humanismo, adotar-se o bem-estar comum.

Numa posição de confronto, e a partir de David Harvey, demonstra-se, também, como a produção capitalista do espaço pode se apropriar do capital simbólico coletivo e de suas marcas de distinção, ao mesmo tempo em que as cidades rebeldes

podem se insurgir e tomar, dos detentores dos meios de produção – locais e globais -, esses tesouros privilegiados que forjam a sua identidade cultural.

Finalmente, os autores apontam, como alternativa privilegiada para retomada do capital simbólico coletivo e das marcas de distinção, a Economia da Cultura. Admitem também que esta versão analítica se constitui como reserva privilegiada para reconfiguração e ampliação do cânone protetivo das relações de trabalho.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, José Adelmy da Silva. **Fundamentos Teórico-dogmáticos do Princípio da Proteção Social**. Belo Horizonte, RTM, 2018.

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **O direito do trabalho na filosofia e na teoria social crítica**. Os sentidos do Trabalho subordinado na cultura e no poder das organizações. São Paulo: LTr, 2014.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era de precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 231-238.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. (Orgs.) **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BINDÉ, Jérôme. Para o *apartheid* urbano? In: MATSURA, Koïchiro (Org.). **As chaves do século XXI**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000, p. 435-443.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Autonomia Libertária, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Orgs). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COSENTINO FILHO, Carlo Benito. **O direito do trabalho na revolução informacional e nas teorias dos movimentos sociais: impactos no postulado autonomia, nas relações individuais e coletivas de trabalho**. Belo Horizonte: RTM, 2018.

COSTA, Ariston Flávio Freitas da. **Os anarquistas e os imigrantes, no contexto do sindicalismo brasileiro: o resgate ao anarcossindicalismo e as tendências contemporâneas**. Recife: Texto Avulso. Programa de Pós-Graduação em Direito UFPE, 2017.

D'ANGELO, Isabele Bandeira de Moraes. **A subordinação no direito do trabalho: para ampliar os cânones da proteção, a partir da economia social e solidária**. São Paulo: LTr, 2014.

BENHAMOU, Françoise. **A economia da cultura**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

FERRARI, Therezinha. **Fabricalização da cidade e ideologia da circulação.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Cidades, transformações do mundo do trabalho e políticas públicas. A questão do comércio ambulante em tempos de globalização. In: **Renovação urbana, mercantilização da cidade e desigualdade socioespaciais.** GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques et al (orgs.) Rio de Janeiro; Maud X, 2013.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum.** Rio de Janeiro: Record, 2016.

HARVEY, David. Cidades Rebeldes. **Do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2001.

LIRA, Fernanda Barreto. **Meio ambiente do trabalho e enfermidades PROFISSIONAIS:** os rituais do sofrimento e a morte lenta no contexto do trabalho livre/subordinado. Tese de Doutorado. Texto Avulso. Recife: Programa de Pós-graduação em Direito da UFPE, 2015.

_____. **A greve e os novos movimentos sociais.** São Paulo: LTr, 2008.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MICELI, Sérgio. Introdução. In. BOOURDIEU, Pierre. **Economias das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

PEREIRA, Maria Clara Bernardes. **A livre circulação de trabalhadores no âmbito da comunidade europeia e do mercosul.** Recife: UFPE, 2014.

PORTA, D. **O movimento por uma nova globalização.** São Paulo: Edições Loyola, 2007.

ROCCA, J.G. **El tecer sector.** Documentación Social. Madrid: Revista de Estudios Sociales y Sociología Aplicada. Madrid: Cáritas Española, 1996.

ROLNIK, Raquel. **Guerras dos lugares:** a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização.** São Paulo: Contexto, 2017.

SPOSITO, Maria Encarnação B. Capitalização e Urbanização. **Núcleos urbanos na história. revolução industrial e urbanização.** A cidade moderna: para onde. São Paulo: Contexto, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade “empresarial”. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; PINTAUDI, Silvana Maria. (Orgs.) **A cidade contemporânea:** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Olinda Rodrigues; FRANÇA, Jéssica Paiva. Reconfiguração Urbana de Belém: avanços e impasses provocados pela intervenção urbanística da PMB na Bacia da Estrada Nova. In: **Renovação urbana, mercantilização da cidade e desigualdade socioespaciais.** GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques et al (orgs.) Rio de Janeiro; Maud X, 2013, p. 209-219.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; PINTAUDI, Silvana Maria. (Orgs.) **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.